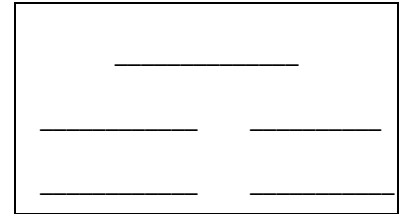




CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO



ATA N.º 4/2021

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 24/02/2021

Participações por videoconferência (Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a redação dada pela Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro)

PRESIDENTE: BERNARDINO ANTÓNIO BENGALINHA PINTO

VEREADORES: JOÃO ANTÓNIO MERCA PEREIRA
PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO
LUIS MIGUEL FIALHO DUARTE
JOSÉ FILIPE SANTOS CRUZ

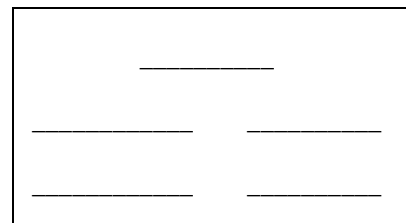
HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 17:00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:	FALTAS INJUSTIFICADAS
----------------------	-----------------------

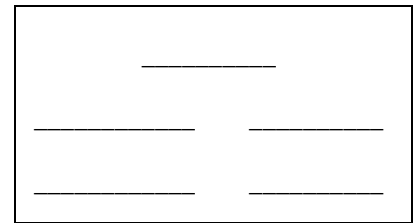
RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 19/02/2021

CAIXA	4.787,55 €
FUNDOS DE MANEIO	4.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – JOÃO LUIS FOUTO LOURENÇO.....	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – SANDRA DE JESUS FERREIRO PEREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – JOÃO PEDRO VALÉRIO PARRA MARTINHO ANTUNES	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.808.411,86 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	740.104,72 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	2.192,30 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	4.479,47 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	162.153,87 €
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	359.518,10 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	208.878,74 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	174.663,76 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.780,28 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	277.794,49 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	2.144.690,03 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	2.024.025,39 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	120.664,64 €



O senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual foi realizada por videoconferência, no âmbito das medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença Covid-19, cujo prazo foi alargado pela Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro, que através do seu artigo 2.º alterou o artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, possibilitando que até 31 de dezembro de 2021, possam ser realizadas por videoconferência, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das Autarquias Locais. Participaram todos os membros do órgão e a ordem de trabalhos foi a seguinte:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta; -----
- 2) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 27 de janeiro de 2021; -----
- 3) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 10 de fevereiro de 2021; -----
- 4) Informação sobre atividade da Câmara; -----
- 5) Conhecimento da relação de despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística; -----
- 6) Proposta de autorização da mobilidade da Técnica Superior Célia Cachola para o Instituto do Emprego e Formação Profissional de Évora; -----
- 7) Proposta de transferência de verba para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, relativa à aquisição de um Gerador Insonorizado para utilização dos Municípios associados; -----
- 8) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas (comparticipação nas despesas no âmbito da COVID-19); -----
- 9) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo (comparticipação nas despesas no âmbito da COVID-19); -----
- 10) Proposta de transferência de verba para a Casa do Alentejo (pagamento de quotas); -----
- 11) Proposta de renovação de Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso; -----
- 12) Proposta de aprovação do Aditamento ao Acordo de Cooperação do Programa de Expansão e Desenvolvimento Pré-Escolar relativo ao ano letivo 2020/2021; -----
- 13) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 7 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar; -----
- 14) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 3 relativo à Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D' Aires; -----
- 15) Proposta de atualização de números de polícia num troço da Rua do Posto, em Viana do Alentejo; ----
- 16) Proposta de submissão à Assembleia Municipal da desafetação do domínio público municipal de um troço do Caminho Municipal 1118-1, ficando esse troço afeto às utilizações previstas no Projeto de Requalificação da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D' Aires; -----



Período de antes da ordem do dia – O Senhor Presidente deu conhecimento de que no passado dia 19 de fevereiro foi publicitado o Edital n.º 7 relativo à Participação do Público nas Reuniões da Câmara Municipal, realizadas por videoconferência (pandemia Covid-19). Para além dos locais habituais, o edital foi divulgado nas redes sociais. Assim, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 3.º, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a redação que lhe foi conferida pelo artigo 2.º da Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro, estão asseguradas as condições para a intervenção do público nas reuniões da Câmara Municipal, intervenção prevista nos n.ºs 1 e 2, do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo aberto um período para a intervenção do público, no início da reunião. A intervenção poderá ser previamente gravada ou efetuada em direto através de plataforma de videoconferência, nos termos seguintes: -----

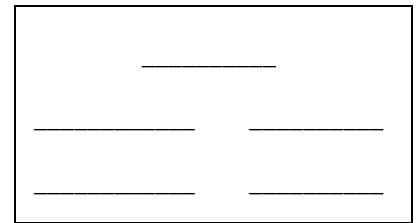
1) Os cidadãos interessados em participar nas Reuniões de Câmara devem efetuar a sua inscrição preferencialmente para o endereço de e-mail reunioesdecamara@cm-vianadoalentejo.pt ou através do telefone 266930036 até às 12h do dia útil anterior à data de realização da Reunião de Câmara, indicando o nome completo, o contacto telefónico e se pretende fazer gravação ou direto na mesma; -----

2) Em resposta ao pedido de participação, o Gabinete de Informática entrará em contacto e explicará as condições de acesso à reunião e requisitos de gravação; -----

3) O Vídeo ou Áudio devem ter a duração máxima de 5 minutos e podem ser enviados utilizando a plataforma Wetransfer ou semelhante; -----

4) Os cidadãos que desejem participar nas reuniões e não disponham de recursos informáticos para o efeito, poderão efetuar as gravações das suas intervenções com o apoio técnico do Município, devendo apresentar-se cumprindo todas as normas de segurança. -----

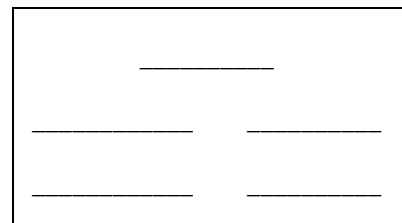
- O Senhor Presidente informou que a EBSIS – Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa foi distinguida com a Bandeira Verde Eco-Escolas 2019/2020, pelo trabalho desenvolvido no âmbito da educação ambiental para a sustentabilidade. O Programa Eco-Escolas, da responsabilidade da ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, é desenvolvido em Portugal desde 1996, com a parceria de vários municípios, entre os quais o de Viana do Alentejo, pelo apoio prestado na implementação do projeto. Esta distinção é atribuída à EBSIS pelo 11.º ano consecutivo, tendo já sido efetuada a sua inscrição neste Programa para o ano letivo 2020/2021. O Senhor Presidente salientou que para cada escola receber a Bandeira Verde, é necessário cumprir um conjunto de critérios a nível do Conselho Eco Escolas, Auditoria Ambiental, Plano de Ação, Trabalho Curricular, Monitorização e Avaliação, Envolvimento da Comunidade e Eco-Código, para além de cumprir, no mínimo, dois terços do plano de ação e de desenvolver atividades no âmbito dos temas-base, nomeadamente a água, os resíduos e a energia. -----



- O Senhor Presidente informou que o filme promocional da ERTAR – Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, “Alentejo Caiado de Fresco”, lançado no verão de 2020, conquistou o prémio “Best Campaign 2020”, no Festival Internacional de Cinema de Turismo da Fênix de Sarajevo, na Bósnia. O filme convida os turistas a descobrir as diversas ofertas da região, incluindo o Fabrico de Chocalhos, característico da freguesia de Alcáçovas e classificado como Património Cultural Imaterial com Necessidade de Salvaguarda Urgente, pela Unesco, em 2015, e outras referências, nomeadamente imagens de unidades turísticas do Concelho. Estas referências, particularmente ao Fabrico de Chocalhos, são um exemplo do bom posicionamento do Concelho no território do Alentejo em termos turísticos, muito por força de tradições enraizadas, como são também a Olaria e o Cante Alentejano, entre outras. Ciente da importância desta manifestação cultural, o Município de Viana do Alentejo tem patente ao público, no Paço dos Henriques, em Alcáçovas, uma exposição permanente dedicada ao Fabrico de Chocalhos, que constitui um veículo de divulgação, conservação e valorização desta arte e dos seus mestres chocalheiros. Recordou que o filme promocional “Alentejo Caiado de Fresco” soma já outros galardões conquistados no Festival Finisterra – Arrábida Film Art & Tourism Festival e no Croatia Tourism Film Festival. O referido filme pode ser visualizado através da seguinte hiperligação <https://www.youtube.com/watch?v=6ysz2jgtKsw>. -----

- O Senhor Presidente referiu que está agendada para o próximo dia 26 de fevereiro, a sessão de atendimento jurídico gratuito da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, em Viana do Alentejo. Devido à situação pandémica, o atendimento, que anteriormente era presencial é, nesta altura, efetuado online ou por telefone. A marcação deve ser efetuada no GADE – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, pelo email gadecon@cm-vianadoalentejo.pt ou ainda para atendimento@cm-vianadoalentejo.pt, ou pelo telefone 266 930 010, dado que os serviços de atendimento presencial estão encerrados. A iniciativa visa prestar informação na resolução de conflitos de consumo e em situações de sobre-endividamento das famílias, de modo a que possam fazer as escolhas de consumo mais acertadas e uma melhor gestão do seu orçamento. -----

- O Senhor Presidente, no seguimento de anteriores comunicações que o executivo municipal em regime de permanência tem dirigido à população, com o objetivo de informar sobre a evolução do processo “pandemia Covid-19” neste Concelho, transmitiu que apesar de continuarem a surgir novos casos pontuais, a situação está a acalmar de forma visível, registando-se um aumento significativo do número de recuperados. Acrescentou que o Município continuará a acompanhar a evolução, articulando com as entidades oficiais e tomando todas as medidas que considere necessárias para o bem-estar de todos os munícipes. -----



Em nome do executivo municipal, o Senhor Presidente reforçou a palavra de conforto e solidariedade para os que se vêem confrontados com esta pandemia, desde logo os infetados e os “contactos”, aqueles cuja atividade diária a isso obriga, nomeadamente os profissionais da área da saúde, os responsáveis e trabalhadores dos lares e todo o Voluntariado destas áreas, em especial os Bombeiros e a Cruz Vermelha. Manifestou também em nome de todo o executivo o pesar a todas as famílias das vítimas mortais. -----

A nível da vacinação da população, o Senhor Presidente informou que a Fase 1 | Utentes já se iniciou no nosso Concelho, decorrendo no Centro de Saúde de Viana do Alentejo. O Município disponibiliza o transporte, em articulação com as Juntas de Freguesia e o Centro de Saúde, para os munícipes que são convocados e não têm outro meio para se deslocarem, nomeadamente das Freguesias de Aguiar e de Alcáçovas. Recordou que nesta fase, de acordo com Plano Nacional de Vacinação, será vacinada a população com 80 ou mais anos de idade ou pessoas com 50 anos ou mais e doenças associadas (doença coronária, insuficiência cardíaca, insuficiência renal e doença pulmonar crónica). -----

Sobre as medidas nacionais de combate à pandemia, o Senhor Presidente recordou que no dia 11 de fevereiro foi autorizada a renovação do Estado de Emergência, a partir das 00:00 horas do dia 15 de fevereiro até às 23:59 horas do dia 1 de março, para permitir adotar medidas de contenção da pandemia, referindo que se prevê a manutenção do Estado de Emergência até ao final do mês de março. Disse o Senhor Presidente que face às medidas que estão atualmente em vigor, foram introduzidas algumas alterações, nomeadamente a permissão de venda de livros e materiais escolares nos estabelecimentos de comércio a retalho que se encontrem em funcionamento. -----

Todas as medidas podem ser consultadas no site <https://covid19estamoson.gov.pt/renovacao-estado.../>

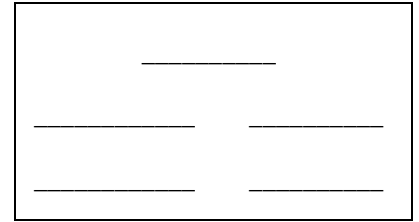
Para além do referido site da Administração Central, esta informação também pode ser consultada no site do Município, no separador próprio criado para o efeito, acessível através da seguinte hiperligação:

<https://www.cm-vianadoalentejo.pt/munice/areas-de-acao/saude/covid-19/> -----

O Senhor Presidente lembrou que o Executivo aprovou um conjunto de 25 medidas que já foram divulgadas e que se continuam a divulgar, particularmente no site do município e nas suas redes sociais.

Sobre a área da Educação, o Senhor Presidente recordou que o Município cedeu a título de empréstimo, até ao momento, 91 tabletes e 18 routers aos alunos do AEVA – Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, perfazendo um montante superior a 2.300,00€ (dois mil e trezentos euros). Recordou que no ano letivo passado (2019/2020), o Município procedeu do mesmo modo, visando promover a igualdade de oportunidades e condições de ensino a todos os alunos. -----

Ainda em matéria de apoios no âmbito da pandemia, o Senhor Presidente referiu que o Município, através do CLDS 4G – Contrato Local de Desenvolvimento Social de 4.ª Geração, disponibiliza-se para fotocopiar os planos semanais e/ou trabalhos semanais dos/as os/as alunos/as residentes no Concelho e



que se encontrem em regime de ensino não presencial. Os munícipes interessados deverão contactar através dos meios disponibilizados, nomeadamente telemóvel (937420004) ou e-mail (clds4g.vianadoalentejo@terrasdentro.pt).-----

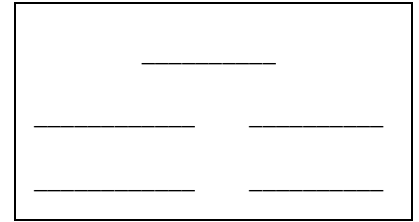
O Senhor Presidente sublinhou que continuam a ser utilizados todos os canais do Município para sensibilizar e informar, divulgar e promover toda a informação útil de que tenhamos conhecimento, dirigida a toda a população, quer às Famílias, quer às Empresas e a outras Entidades. -----

- O Senhor Presidente, apelou mais uma vez à responsabilidade individual de cada um, recomendando a todos uma atitude prudente e atenta às orientações da Direção-Geral da Saúde e de outras entidades oficiais, nomeadamente:

- mantendo o distanciamento social;-----
- usando máscara;-----
- desinfetando as mãos;-----
- utilizando a etiqueta respiratória;-----
- evitando espaços fechados, pequenos e pouco arejados.-----

- Ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Vereador Luís Miguel Duarte colocou as seguintes questões:

- Teve conhecimento, através de um anúncio do IEF – Instituto do Emprego e Formação Profissional que o Município formalizou uma candidatura no âmbito do “Rumo Certo”. Perguntou concretamente o que é o “Rumo Certo”, o que se pretende com esta candidatura e quais as funções e local de trabalho do Auxiliar Administrativo que o Município pretende. -----
- O atendimento da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, tem tido muita adesão por parte dos munícipes para ajudar na resolução dos seus problemas? -----
- Dado que há muito tempo que não se fala do Posto da G.N.R, qual o ponto de situação deste assunto? -----
- A Câmara já autorizou, na reunião anterior, a abertura de uma conta bancária específica para os Censos 2021. Os Censos 2021 vão começar ou já começaram? Sabe que algumas pessoas já foram contactadas e inquiridas, facto que o deixou um pouco confuso. -----
- Quando ao Suplemento de Penosidade e Insalubridade, qual o ponto de situação neste Município? Já foi feito o levantamento das situações a abranger? Já se começou a pagar, à semelhança do que outros Municípios já estão a fazer? -----



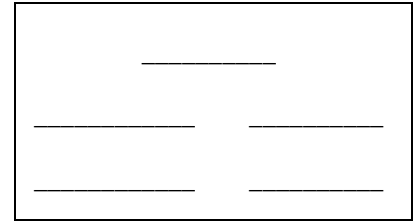
- Viu uma notícia sobre a possibilidade dos Municípios poderem recuperar montantes gastos com a COVID-19. Isto é propaganda política ou há mesmo a possibilidade do Município vir a ser ressarcido? -----

- O Senhor Presidente, relativamente às questões colocadas, referiu que irá responder às mesmas, sem prejuízo de ter de trazer alguns elementos na próxima reunião pois não é exequível que no decorrer da reunião em que as questões são colocadas, se tenham de imediato os elementos disponíveis. Quanto à primeira questão colocada, o Senhor Presidente informou que “Rumo Certo” foi a designação atribuída ao Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), formado entre o Município, a Associação Terras Dentro e a Segurança Social, como entidade financiadora. O Senhor Presidente disse que o CLDS deste Município tem um valor superior a 400 000,00€ (quatrocentos mil euros) que vai ser investido neste Concelho, num período de três anos, abarcando diversos eixos, nomeadamente a promoção do emprego, os apoios sociais, entre outros. É a Associação Terras Dentro que gere este contrato, sendo uma parte da verba do CLDS afeta ao pessoal deste projeto, concretamente uma coordenadora e dois técnicos superiores. Concluindo, o “Rumo Certo” é a designação do CLDS deste Concelho. O Senhor Presidente, em relação à admissão de um administrativo a que se referiu o Senhor Vereador Luís Miguel Duarte, disse que se irá informar com a equipa técnica e trará posteriormente os esclarecimentos solicitados. -----

- O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte referiu que a informação dada pelo Senhor Presidente, deixou claro o motivo da designação “Rumo Certo”, sendo secundária a questão da contratação. -----

- Quanto aos atendimentos efetuados pela Jurista da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, o Senhor Presidente referiu que o número dos mesmos em 2019, vem referido nos Documentos de Prestação de Contas, não os tendo agora presentes, realçando que no atual contexto pandémico, os atendimentos não são presenciais. Mediante marcação prévia, são feitos por telefone ou por videoconferência, tendo como limite o número de seis pessoas por mês. O Senhor Presidente referiu que não tem ficado ninguém por atender e que a DECO, em casos de situações urgentes ou prementes, tem até efetuado alguns atendimentos nos seus escritórios, em Évora. -----

O Senhor Presidente sublinhou os benefícios deste atendimento que permite às pessoas que têm quaisquer conflitos ou dúvidas sobre contratos de consumo, de crédito, a nível de fidelização de telemóveis, ou outros, a possibilidade de usufruírem gratuitamente de um primeiro encaminhamento jurídico para as suas questões. O Senhor Presidente acrescentou que a Jurista da DECO só se desloca ao Município se houver marcações previamente agendadas e que do acompanhamento que tem feito a este assunto, constata que, por norma, existem sempre agendamentos, tendo num dos últimos meses o atendimento sido efetuado por via telefónica, no horário previamente marcado. -----



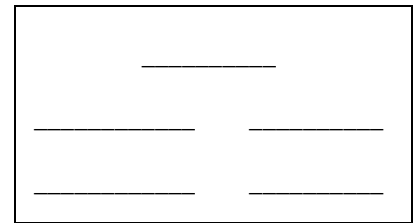
O Senhor Presidente concluiu este assunto recordando que o Município paga mensalmente uma importância à DECO, possibilitando por esta via que os munícipes (principalmente os de mais fracos recursos financeiros) possam encontrar uma primeira orientação jurídica para os seus problemas. -----

- Quanto ao novo edifício do Posto da Guarda Nacional Republicana, o Senhor Presidente informou sobre o ponto de situação do processo, referindo que os serviços do Ministério da Administração Interna estão ainda a elaborar o projeto para a construção do Posto. Disse que paralelamente, o Município terá de preparar o espaço para a execução da obra, recordando o “zigzaguear” deste processo quanto às opções de construir um quartel novo ou de requalificar o quartel existente (opção preferencial do Município). Tendo, num determinado momento, ficado assente a requalificação do quartel existente, o Município pagou o projeto relativo a essa requalificação. Contudo, a decisão do Ministério da Administração Interna foi alterada e atualmente é no sentido da construção de um novo quartel. Nesta conformidade, o Município informou não estar disponível para pagar outro projeto porque já tinha pago o da requalificação, estando o projeto relativo à construção do novo edifício a ser elaborado pelos próprios serviços do Ministério da Administração Interna. O Senhor Presidente acrescentou que segundo o último contacto efetuado pelo Município, foi transmitido que ainda há questões a articular entre o Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, quanto ao projeto em elaboração.

- Relativamente aos próximos Censos, o Senhor Presidente referiu que o início será em abril. Tendo havido neste processo Freguesias - Piloto e tendo a Freguesia de Alcáçovas sido uma delas, houve já trabalho realizado no terreno, nessa Freguesia. -----

Quanto ao ressarcimento dos Municípios por despesas inerentes à COVID-19, o Senhor Presidente disse que na reunião do Conselho Geral da ANMP – Associação Nacional de Município Portugueses ficou clara a pretensão dos Municípios de serem ressarcidos de algumas despesas relativas a apoios concedidos no âmbito da COVID-19, dado não serem (na opinião dos Municípios) da sua competência. O Senhor Presidente exemplificou com a situação das Misericórdias do Concelho que tiveram de contratar serviços externos para acorrer às necessidades derivadas dos surtos, situação que deveria ter sido garantida pela Segurança Social, através das Brigadas de Intervenção. Contudo, não havendo disponibilidade para tantas necessidades, os respetivos Provedores avançaram com contratações externas, pedindo o apoio do Município. Assim – disse o Senhor Presidente – aquilo que se pretende, por via da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, é que o Governo suporte parte desses custos, ressarcindo os Municípios. -----

- Quando ao Suplemento de Penosidade e Insalubridade, a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos deu nota do ponto de situação deste assunto no Município. Referiu que pela Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos foi feito um pré-levantamento das situações às quais será aplicável esse



suplemento, o qual será submetido a parecer do Serviço da Higiene e Segurança no Trabalho que está a cargo da Empresa Workview, contratada via AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central. Esta Empresa terá de dar o seu parecer quanto aos conteúdos funcionais dos postos de trabalho a considerar na atribuição do suplemento e também quanto ao grau de penosidade a atribuir, podendo esse grau ser elevado, médio ou alto. A Chefe da Divisão de Gestão de Recursos acrescentou que em estando elaborada a proposta nas vertentes legalmente previstas, a mesma deverá ser submetida aos representantes dos trabalhadores do Município, para emissão de parecer. Disse ainda que o parecer da Empresa Workview ainda não chegou, aguardando-se em breve a sua receção. -----

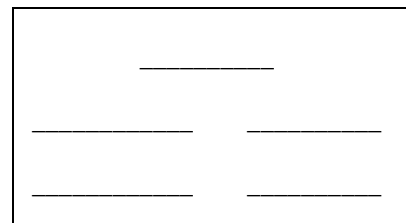
- O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte perguntou se este suplemento será pago com efeitos retroativos a janeiro, tendo o Senhor Presidente respondido afirmativamente, manifestando a sua preocupação quanto a este assunto e realçando que “se está a trabalhar no mesmo”. Informou que participou ontem numa reunião do Concelho Geral da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, tendo sido proposto pela Câmara Municipal de Redondo que houvesse um trabalho a nível da CIMAC para uniformização de critérios quanto a esta matéria, nos catorze municípios associados. Acrescentou que “todos os municípios querem o bem dos trabalhadores” e que se o assunto não for tratado de forma harmoniosa entre eles, podem surgir questões desnecessárias e indesejáveis. Disse ainda o Senhor Presidente que a CIMAC ficou de explorar as melhores formas de harmonização entre os Municípios, sendo certo que o Município de Viana do Alentejo está a efetuar os procedimentos necessários quanto a esta matéria. -----

O Senhor Presidente informou que dos catorze Municípios da CIMAC, apenas o de Évora está numa fase mais adiantada neste processo, estando os restantes na mesma situação – identificação dos postos de trabalho aos quais é aplicável o suplemento e recolha dos pareceres previstos na Lei. -----

- O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte informou que o Município de Évora já comunicou aos seus trabalhadores que irá efetuar o pagamento com efeitos a janeiro, tal como os Municípios de Mora, Montemor, Arraiolos e Vila Viçosa. -----

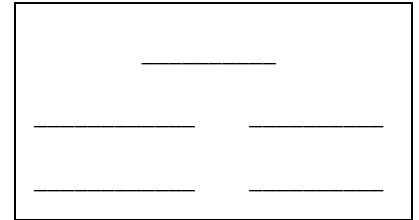
- O Senhor Presidente concluiu que “se os municípios do Partido Comunista conseguem pagar a partir de janeiro, os do Partido Socialista também hão-de conseguir pagar a partir de janeiro ...” -----

Ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, iniciou a sua participação nesta reunião o Sr. Arquiteto Carlos Marques, autor do projeto relativo à Empreitada da Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires, em Viana do Alentejo. O Senhor Vice-Presidente agradeceu a disponibilidade do Sr. Arquiteto Carlos Marques para participar nesta reunião, na qualidade de autor do projeto já mencionado e também dos projetos relativos às rotundas que o Município está a requalificar. Disse o Senhor Vice-Presidente que na sequência de algumas questões suscitadas na reunião



anterior acerca da Empreitada da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D'Aires, considerou-se conveniente convidar o Sr. Arquiteto Carlos Marques para que possa transmitir o que esteve na origem da conceção do projeto. O Senhor Vice-Presidente recordou que uma das questões suscitadas pelo Senhor Vereador Luis Miguel Duarte prende-se com o facto do Santuário, com toda a sua grandeza não dispor de uma grande alameda de acesso. Disse o Senhor Vice-Presidente que para responder devidamente a esta questão é necessário ouvir quem criou o projeto, concretamente o Sr. Arquiteto Carlos Marques. Acrescentou que na eventualidade dos Senhores Vereadores desejarem colocar mais alguma questão, poderão aproveitar para o fazer, solicitando ainda ao Sr. Arquiteto Carlos Marques que informe sobre os conceitos que o nortearam quanto aos projetos das pequenas intervenções que o Município está a fazer nas rotundas. -----

- O Sr. Arquiteto Carlos Marques começou por referir ter “todo o gosto” em poder esclarecer o que lhe é solicitado. Quanto à Srª D'Aires, o Sr. Arquiteto Carlos Marques recordou ter existido uma apresentação nos Paços do Município, antes da pandemia. Adiantou que procura que qualquer projeto que faz, tenha uma razão de ser, um enquadramento, um suporte e que no caso da Srª D'Aires, tendo em conta a configuração do espaço disponível em frente ao Santuário (espaço misto que alia a vertente religiosa à profana, em virtude da realização da feira anual), a forma desse espaço sugeriu-lhe “uma concha” ou “a palma de uma mão”, forma essa relacionada com “o acolhimento e a peregrinação”: A concha é o símbolo dos peregrinos, e a mão é o símbolo do acolhimento – “a mão que acolhe, a mão que recebe”. Disse o Sr. Arquiteto Carlos Marques que o espaço em causa permite esta relação mística e religiosa, independentemente das crenças de cada um. Acrescentou que aquele também é um espaço “de respiração”, sendo uma grande mais valia a retirada daquele recinto dos postes que davam suporte à iluminação permitindo visualizar o Santuário, sem obstáculos. A intervenção em curso propôs-se ser de grande simplicidade, com um desenho muito discreto e muito subtil, visando a organização do espaço, clarificando e permitindo uma leitura do edifício à distância, com o propósito claro de afastar os veículos do Santuário, sendo a solução viária a materialização deste objetivo (As pessoas deixam o carro fora e vão calmamente, “já desligados” e com um espírito de pensamento solto, até ao Santuário). O Sr. Arquiteto Carlos Marques sublinhou que, ainda assim, o projeto contempla a possibilidade de um veículo poder chegar quase à porta da igreja, salvaguardando assim a possibilidade de acesso das pessoas que não podem fazer o percurso a pé. Referiu-se também à questão do piso, quer no interior do recinto, quer no exterior, dizendo que as intervenções que foram feitas e as que ainda vão ocorrer, irão permitir melhorar muito as acessibilidades. -----



O Sr. Arquiteto Carlos Marques clarificou que ao falar na mão que acolhe, tem presente os cinco eixos existentes, que irradiam do centro geométrico do Santuário. Esses eixos, associados aos cinco dedos da mão, configuram cinco acessos:

- Acesso mais norte;
- Acesso pelo lado da Quinta do Cerrado;
- Acesso pelo lado do Cemitério;
- Dois acessos intermédios, ficando um deles precisamente no eixo da Igreja.

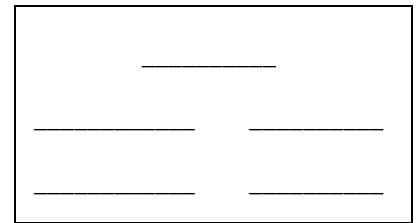
Disse ainda o Sr. Arquiteto Carlos Marques que no espaço envolvente ao Santuário foram deixadas as oliveiras antigas (com a sua ligação ao simbolismo da paz) e um aqueduto (mantido por razões de natureza arqueológica), pretendendo-se que aquela zona seja para “percorrer e usufruir”. Acrescentou que sendo o Santuário de Nossa Senhora D’Aires um Santuário rural, campestre, a ideia foi deixar o espaço o mais natural possível. Disse também que os arruamentos para as viaturas são em saibro compactado e que os cinco caminhos pedonais para o Santuário são também em saibro, sendo os intervalos em terra onde crescerá mato e erva, tal como existia antes, permitindo com facilidade a realização da feira. -----

Disse ainda o Sr. Arquiteto Carlos Marques que a ideia foi fazer uma intervenção discreta, de limpeza, deixando espaço para que o edifício do Santuário, que foi recuperado, se veja em toda a sua plenitude. ---

- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores queria colocar alguma questão, perguntando particularmente ao Senhor Vereador Luis Miguel Duarte se a questão concreta que colocou, relativa à largura do acesso frente ao Santuário, estava esclarecida. -----

- O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, quanto a este aspeto em concreto, disse perceber a explicação dada pelo Sr. Arquiteto Carlos Marques, não estando em condições de discutir tecnicamente o assunto.

Contudo, na qualidade de observador, parece-lhe que “a rua estreitinha” a desembocar num Santuário tão imponente, não se ajusta esteticamente. A este propósito, o Sr. Arquiteto Carlos Marques referiu que aquilo que o Santuário necessita é de espaço para ser visto e contemplado, com o mínimo possível de “ruído visual”, ou seja, quanto “menos força tiverem os sinais da intervenção, mais valorizado fica o edifício”. Disse ainda que “tudo o que forem coisas a acrescentar, retiram-lhe foco”. Acrescentou que os caminhos de acesso à Sr^a D’Aires, por qualquer dos lados, são de pequena dimensão sendo que o propósito, quando se chega ao Santuário “é que se largue o carro e se vá a pé”. O Sr. Arquiteto Carlos Marques exemplificou com o Caso de Fátima, que apesar da sua grandiosidade, não tem qualquer alameda de acesso ao Santuário. Segundo referiu, “não tem porque não precisa” pois aquilo de que necessita é de espaço para se ver, para respirar, para se meditar, para se parar a mente!... -----

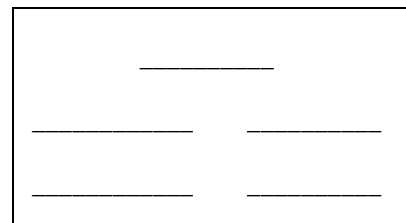


- O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte clarificou que a sua opinião de que o acesso em frente ao Santuário deveria ser mais largo, não significa que considere que os carros deveriam chegar à Igreja. Este Vereador insistiu em manifestar a opinião de que se esse caminho central fosse mais largo, não tiraria visibilidade ao Santuário, tanto mais pelo facto dos materiais utilizados no piso serem discretos e consonantes com a envolvente. -----

- O Sr. Arquiteto Carlos Marques referiu que o caminho que fica frente ao Santuário, resultante da tal inspiração dos cinco dedos da mão, não está referenciado em nenhum dos acessos ao espaço do Santuário dado que um desses caminhos vem do lado Norte (Estrada de S. Bartolomeu do Outeiro), o mais comum e talvez o mais privilegiado é o que vem do lado da Quinta do Cerrado e o outro vem do lado do Cemitério, todos permitindo uma visão grandiosa do Santuário com a sua imponência no meio do campo. Acrescentou que o acesso principal ao Santuário segue a direção da estrada que já existia e assim que foi possível, no desenho, fazer a inflexão para a esquerda (preservando as oliveiras e o aqueduto), isso foi feito em direção ao centro geométrico da Igreja. Sendo este o acesso mais frequente ao Santuário (utilizado na Romaria a Cavalos e nas Procissões), é o caminho que está privilegiado em relação aos demais. -----

O Sr. Arquiteto Carlos Marques, referiu que na altura em que o projeto foi submetido à apreciação da Direção Regional da Cultura, obteve, à primeira, parecer favorável, com a condicionante da obra ter acompanhamento arqueológico, como é normal. Acrescentou que aquilo que mais lhe agradou foi o facto da Entidade não se ter limitado a dar o parecer mas ter sublinhado a simplicidade da intervenção, como uma mais valia da mesma. Disse ter ficado particularmente agradado e satisfeito pelo facto da Direção Regional da Cultura ter entendido bem o propósito da intervenção, que se requeria o mais discreta possível porque o que lá está já tem uma presença absolutamente dominadora e forte, não necessitando de sublinhados. -----

O Sr. Arquiteto Carlos Marques realçou ainda que o que vai delimitar os caminhos pedonais dos terrenos laterais são guias em betão que vão ficar ao nível do piso do saibro e da terra à volta. Com o efeito da perspectiva, as duas linhas em cada caminho parece que se juntam lá ao fundo e isso, só por si, dá uma força enorme à percepção do Santuário (duas linhas em cada caminho que fazem sobressair o edifício). ----
Finda a intervenção do Senhor Arquiteto Carlos Marques no tocante à envolvente à Sr^a D'Aires e não havendo mais questões para lhe colocar em relação a esse assunto, o Senhor Presidente, aproveitando a sua participação nesta reunião, pediu-lhe que resumidamente se referisse ao projeto da Rotunda do Largo 25 de Abril, nesta Vila, dado que na última reunião a Câmara já autorizou a realização da respetiva obra por administração direta. -----



O Sr. Arquiteto Carlos Marques disse que a opção para a intervenção nas rotundas, concretamente para a Rotunda dos Bombeiros e para a Rotunda do Largo 25 de Abril, procurou simbolismos para cada uma, tentando que aquilo que é feito se prenda com o local e com a vila de Viana. Tratando-se de intervenções de carácter urbano, procurou-se eliminar a necessidade de manutenção de pequenos espaços que consomem água e que não têm dimensão e expressão para serem considerados “espaços verdes”. -----

Quanto à rotunda já concluída, o tema prende-se com os Bombeiros, que na qualidade de Soldados da Paz merecem a nossa homenagem. As oliveiras existentes na rotunda ajudam precisamente a estabelecer a ligação com o elemento “paz” e também com o meio rural. -----

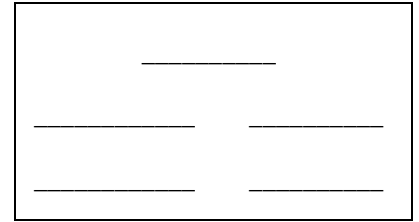
Quanto à Rotunda do Largo 25 de Abril, disse o Sr. Arquiteto Carlos Marques que era imprescindível retirar o candeeiro de iluminação pública, existente no meio dessa rotunda. Referiu que neste caso o elemento principal é a fonte existente no Largo e a intervenção prevista faz uma referência a dois aspetos importantes de Viana: a água e o mármore verde-Viana. No centro da rotunda será feita uma pequena calote esférica, ligeiramente elevada, rasgada em três direções, tendo no fundo mármore verde-Viana polido, numa evocação à água (que já está na fonte). Será utilizada calçada antiga e à volta os cubos de granito que facilitarão o trânsito. -----

- O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, relativamente à Rotunda dos Bombeiros, perguntou ao Sr. Arquiteto Carlos Marques que elementos relacionados com os Bombeiros, vê ele nessa rotunda, para além da frase inscrita no muro e das oliveiras. -----

- O Sr. Arquiteto Carlos Marques referiu que a intervenção é simples, subtil, tem o murete onde está inscrita a frase “aos soldados da paz” e tem as oliveiras como elemento que simboliza a paz. -----

- O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, salientando o facto de “Viana ser uma terra de água” e atendendo a que até há muita água que se perde (embora o Município já se tenha referido à intenção de a aproveitar, por exemplo, na rega da Quinta da Joana), perguntou porque não se prevê canalizar água da fonte para a rotunda, permitindo que a mesma se veja, conferindo um efeito muito bonito à pedra mármore (verde) molhada, destacando-a de uma forma diferente. Disse ainda este Vereador que uma vez que a água da fonte corre naturalmente, não haveria despesas acrescidas com a implementação desta sugestão. -----

- O Senhor Presidente, relativamente à sugestão do Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, voltou a referir que “cada pessoa tem a sua sensibilidade e a sua opinião” e que os “traços” utilizados pelo Sr. Arquiteto Carlos Marques, quer relativamente às rotundas, quer a outros projetos, estão em consonância com a opinião deste executivo. Disse ainda o Senhor Presidente não ter a certeza absoluta quanto à inexistência de custos a que se referiu o Senhor Vereador quando apresentou a sugestão de canalizar água para a rotunda. Disse também que quer na Rotunda dos Bombeiros, quer na Rotunda do Largo 25 de Abril, as



intervenções são simples, reduzindo a necessidade de manutenção e maximizando os elementos naturais, principalmente na perspetiva da racionalização de recursos. -----

O Senhor Presidente concluiu, referindo que por estarem cumpridos estes pressupostos, este executivo considera que a intervenção já concluída na Rotunda dos Bombeiros e a intervenção prevista na Rotunda do Largo 25 de Abril, estão muito bem. -----

- O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, sem por em causa que a decisão é do executivo em permanência, quis aproveitar a presença do Sr. Arquiteto Carlos Marques para emitir a sua opinião e para perceber a visão dele, subjacente às intervenções. -----

- O Senhor Presidente salientou a necessidade de, cada vez mais, se terem em conta as despesas de manutenção a cargo do Município pois as transferências de verba do orçamento do Estado não têm em conta o número de equipamentos municipais cuja manutenção vai consumir uma “fatia” do Orçamento que não fica disponível para fazer outras coisas. -----

- O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte agradeceu a presença do Sr. Arquiteto Carlos Marques, muito proveitosa para ajudar a esclarecer dúvidas e clarificar os assuntos. -----

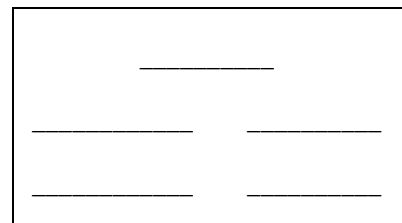
- O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente agradeceram, mais uma vez, a participação do Sr. Arquiteto Carlos Marques. -----

- O Sr. Arquiteto Carlos Marques desejou que a sua participação tenha contribuído para esclarecer, sublinhando que tem sempre a preocupação de que as intervenções que projeta tenham uma razão de ser e não sejam “fortuitas”. -----

- O Senhor Vice-Presidente acrescentou que gosta das “interpretações arquitetónicas” e dos conceitos que o Sr. Arquiteto Carlos Marques utiliza. Acrescentou que “comprar uma estátua de um bombeiro com uma mangueira e colocá-la no meio da rotunda, é a coisa mais simples que há e toda a gente percebe que é um bombeiro que está ali ...”. Contudo – disse – isso é muito direto e a sua opinião é mais favorável às soluções que obriguem as pessoas a pensar e a interpretar o que estão a ver. Em sua opinião, o valor destas soluções está no desafio da interpretação que suscitam, para além de resolverem problemas que existiam, de uma forma simples, a pensar no futuro e “com uma história para contar”. -----

- O Sr. Arquiteto Carlos Marques agradeceu e referiu que, não sendo Vianense (embora cá resida há já alguns anos) há muitas particularidades da história de Viana que desconhece, sendo necessário procurar informação junto de quem sabe. Referiu que no caso da Rotunda do Largo 25 de Abril, a alusão às linhas de água que atravessam o local, foi precisamente fruto de recolha de informação. -----

- Finalmente, o Senhor Vice-Presidente fez referência à dificuldade de consensualização quanto aos projetos. Exemplificou com o projeto de recuperação do Paço dos Henriques em Alcáçovas, efetuado por um Arquiteto com vasta experiência na recuperação de monumentos e que também não foi consensual



na Câmara, na altura. Recordou que os Vereadores da oposição votaram contra o projeto, por entenderem que deveria existir no pátio do Paço, um auditório com trezentos ou quatrocentos lugares. Disse o Senhor Vice-Presidente que após explicação do autor do projeto, facilmente se percebeu que o edifício “não tinha escala” para albergar um auditório daquela dimensão, tendo a opção recaído por um auditório com cerca de oitenta lugares, compatível com a escala do edifício. -----

O Senhor Vice-Presidente concluiu a sua intervenção salientando que, pese embora a dificuldade de se obterem consensos nestas matérias, é de realçar que no caso da obra da envolvente ao Santuário, o elemento dominante é o próprio Santuário e que no caso da intervenção na Rotunda do Largo 25 de Abril, o elemento dominante é a fonte. Assim, não devem ser ofuscados os elementos dominantes, mas antes valorizados. -----

- Em nome de todo o executivo, o Senhor Presidente voltou a agradecer a participação do Sr. Arquiteto Carlos Marques que terminou a sua participação nesta reunião. -----

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

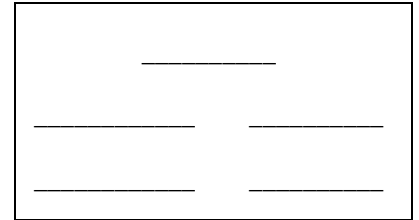
Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 27 de janeiro de 2021 – A Câmara aprovou, com três votos favoráveis, a ata relativa à reunião ordinária de 27 de janeiro de 2021. O Senhor Presidente não participou na votação desta ata, dado que não esteve presente na reunião a que a mesma se refere, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual. -----

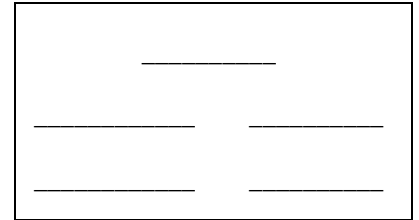
Ponto três) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 10 de fevereiro de 2021 – Este ponto da ordem de trabalhos transitará para a próxima reunião, dado que a ata relativa à reunião de 10 de fevereiro de 2021 não foi ainda enviada. -----

Ponto quatro) Informação sobre atividade da Câmara – O Senhor Presidente informou que no dia 11 de fevereiro participou na reunião da CDPC – Comissão Distrital de Proteção Civil, por videoconferência. Entre os assuntos abordados, destacou o ponto de situação da pandemia causada pela Covid-19 a nível distrital. Esta reunião tem uma periodicidade quinzenal, sendo, por isso, a próxima realizada no dia 25 de fevereiro. -----

- O Senhor Presidente referiu que no dia 12 de fevereiro participou numa reunião da Assembleia Intermunicipal da AMREN2 – Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, por videoconferência. -----



- O Senhor Presidente informou que também no dia 12 de fevereiro teve lugar o *briefing* semanal, entre o SMPCVA – Serviço Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo, os BVVA – Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e a GNR – Guarda Nacional Republicana, no âmbito da Covid-19, tendo sido efetuado um ponto da situação epidemiológica, por via da informação disponibilizada através do CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora, troca de informações entre as várias entidades participantes, referencia as ocorrências mais relevantes e planeamento de trabalhos. -----
- O Senhor Presidente informou que no dia 15 de fevereiro participou numa reunião com o ISS – Instituto da Segurança Social, o Centro Distrital da Segurança Social de Évora e a SCMVA – Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, por videoconferência. Esta reunião foi articulada com o ISS, no âmbito do processo de legalização do Edifício do Centro de Dia de Aguiar (anteriormente destinado a Creche), propriedade da SCMVA, e que o referido Instituto pretende ver concluído, com a brevidade possível. Foi feito um ponto de situação dos elementos em falta no processo, solicitados pelo serviço de Urbanismo do Município à SCMVA, com o objetivo de que o processo possa efetivamente ser concluído no mais curto espaço de tempo possível. -----
- O Senhor Presidente referiu que no dia 18 de fevereiro, conjuntamente com o Senhor Vice-Presidente e com a Chefe da DAUP – Divisão de Administração Urbanística e Processual, participou numa reunião com vários técnicos da CCDRA – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo, no âmbito da criação de uma nova equipa nesta entidade, para apoio aos municípios que estejam em processo de alteração ou revisão dos seus PDM – Planos Diretores Municipais, como é o nosso caso. Tendo em conta o assunto, participaram também nesta reunião por videoconferência, técnicos da empresa a quem foi adjudicado o serviço de alteração do PDM. -----
- O Senhor Presidente informou que no dia 19 de fevereiro reuniu o Núcleo Executivo da Rede Social de Viana do Alentejo, através de videoconferência, tendo participado representantes da CMVA – Câmara Municipal de Viana do Alentejo; Sandra Fragoso, do Serviço Local da Segurança Social de Viana do Alentejo; Carla Malaca, da Associação Terras Dentro e Susana Belga, da Associação Terra Mãe. Foram transmitidas algumas informações relacionadas com o momento, tendo-se concluído que as entidades da área social continuam a dar resposta à população e a articular entre si muito regularmente. -----
- O Senhor Presidente informou que no dia 23 de fevereiro, participou na reunião mensal do Conselho Intermunicipal da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, por videoconferência e que nesse mesmo dia o Senhor Vice-Presidente participou na reunião mensal do Conselho Diretivo da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, com recurso a videoconferência. -----



- O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, a propósito da alteração ao Plano Diretor Municipal, perguntou se há uma altura própria para que os Vereadores se pronunciem ou se emitem a sua opinião e apresentam propostas na mesma altura do público em geral. -----

- O Senhor Vice-Presidente respondeu que neste momento a fase do processo é ainda embrionária pelo que a Empresa à qual foi adjudicado o trabalho de alteração do PDM – Plano Diretor Municipal – RT GEO – ainda não o iniciou, estando em preparação. Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que a cartografia necessária ao trabalho de alteração do PDM também está em fase de adjudicação sendo depois necessário articular os timings numa reunião prévia que será realizada com a CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. Acrescentou que após a realização dessa reunião, será transmitida a calendarização dos procedimentos subsequentes. Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que este processo de alteração do PDM não é semelhante ao que ocorreu em 2015 ou 2016, tratando-se de um processo muito mais minimalista, prevendo contudo a participação de diversas entidades com a emissão dos respetivos pareceres. -----

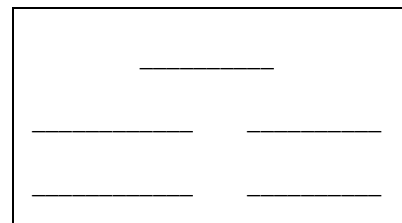
Ponto cinco) Conhecimento da relação de despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística – A Câmara tomou conhecimento da relação de despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente no uso da competência subdelegada em matéria de administração urbanística. -----

Ponto seis) Proposta de autorização da mobilidade da Técnica Superior Célia Cachola para o Instituto do Emprego e Formação Profissional de Évora – O Senhor Vice-Presidente referiu que tem sido prática, nas situações de mobilidade, tentar aliar o interesse do trabalhador ao interesse do Município e nessa perspetiva, é proposto à Câmara Municipal que autorize a Técnica Superior Célia Marina Tirapicos Cachola, licenciada em Sociologia, a exercer funções, em regime de mobilidade interna na categoria, no Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora, pelo período máximo de 18 meses, ao abrigo do disposto nos artigos 93.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que apesar da Técnica Superior em causa ser uma excelente colaboradora, há intenção de corresponder ao pedido de mobilidade que apresentou, por motivos de ordem pessoal. -----

A Câmara, por unanimidade autorizou a efetivação da mobilidade em causa, a qual terá início no dia 1 de março de 2021. -----

O Senhor Vereador Luis Miguel Duarte, no âmbito deste assunto, solicitou que lhe seja facultada informação sobre o número de saídas de trabalhadores do Município para outros Organismos, a partir do mandato iniciado em 2009. -----



Ponto sete) Proposta de transferência de verba para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo

Central, relativa à aquisição de um Gerador Insonorizado para utilização dos Municípios associados – A

Câmara deliberou por unanimidade transferir para a AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, a importância de 5 879,40€ (cinco mil oitocentos e setenta e nove euros e quarenta cêntimos), relativa à quota parte deste Município nas despesas de aquisição de um gerador insonorizado para utilização por parte dos Municípios associados. A repartição de encargos ocorrerá nos anos de 2021 e 2022 (2 939,70€ em cada ano). -----

O Senhor Vice-Presidente forneceu informação mais detalhada sobre este assunto, deliberado numa reunião do Conselho Diretivo da AMCAL, referindo que este Município irá utilizar o equipamento em causa por ocasião da Feira D’Aires e da Feira do Chocalho. -----

Ponto oito) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas

(complicação nas despesas no âmbito da COVID-19) – A Câmara deliberou por unanimidade

transferir para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas a importância de 15 000,00€ (quinze mil euros) como complicação no aumento de despesas decorrentes da atual situação de pandemia por COVID-19. -----

Ponto nove) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do

Alentejo (complicação nas despesas no âmbito da COVID-19) – A Câmara deliberou por

unanimidade transferir para a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo a importância de 15 000,00€ (quinze mil euros) como complicação no aumento de despesas decorrentes da atual situação de pandemia por COVID-19. -----

Ponto dez) Proposta de transferência de verba para a Casa do Alentejo (pagamento de quotas) – A

Câmara deliberou por unanimidade autorizar o pagamento de quotas à Casa do Alentejo, no total de 2 600,00€ (dois mil e seiscientos euros), ficando a situação regularizada desde 2014 até 2021. -----

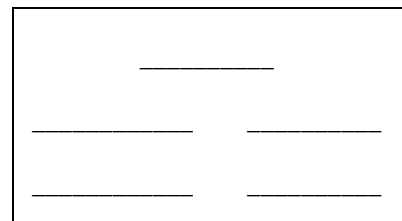
Ponto onze) Proposta de renovação de Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso – Nos termos

da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano e ao abrigo do Regulamento Municipal respetivo, a Câmara deliberou por unanimidade proceder à renovação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso do munícipe Rui Sardinha Freire de Carvalho, residente em Viana do Alentejo. -----

Ponto doze) Proposta de aprovação do Aditamento ao Acordo de Cooperação do Programa de

Expansão e Desenvolvimento Pré-Escolar relativo ao ano letivo 2020/2021 – Nos termos da proposta

da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara aprovou por unanimidade o Aditamento ao Acordo de Cooperação do Programa de Expansão e Desenvolvimento Pré-Escolar relativo ao ano letivo 2020/2021. -----



Ponto treze) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 7 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar – A Câmara aprovou por unanimidade o Auto de Medição n.º 7 relativo à Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar, no montante de 46 600,69 € (quarenta e seis mil e seiscentos euros e sessenta e nove cêntimos). -----

Ponto catorze) Proposta de aprovação do Auto de Medição n.º 3 relativo à Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D' Aires – A Câmara aprovou por unanimidade o Auto de Medição n.º 3 relativo à Empreitada de Requalificação Paisagista e Ambiental da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D'Aires em Viana do Alentejo, no montante de 110 720,11€ (cento e dez mil setecentos e vinte euros e onze cêntimos). -----

Ponto quinze) Proposta de atualização de números de polícia num troço da Rua do Posto, em Viana do Alentejo – Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual, a Câmara deliberou, com três votos favoráveis e duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores Luis Miguel Duarte e José Filipe Cruz, conformar a numeração de polícia num troço da Rua do Posto, em Viana do Alentejo. -----

Ponto dezasseis) Proposta de submissão à Assembleia Municipal da desafetação do domínio público municipal de um troço do Caminho Municipal 1118-1, ficando esse troço afeto às utilizações previstas no Projeto de Requalificação da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D' Aires – Nos termos da proposta da Divisão de Administração Urbanística e Processual e ao abrigo do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou por unanimidade submeter à Assembleia Municipal o pedido de desafetação do domínio público municipal de um troço do Caminho Municipal 1118-1, ficando esse troço afeto às utilizações previstas no Projeto de Requalificação da Envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D'Aires. -----

Terminada a ordem de trabalhos, o Senhor Vereador Luis Miguel Duarte congratulou-se pelo facto de ter sido convidado a participar na reunião o Sr. Arquiteto Carlos Marques, deixando uma sugestão que poderá aperfeiçoar futuras participações:

Acompanhar a explicação por um desenho projetado na tela. -----

O Senhor Presidente manifestou a sua concordância com a sugestão apresentada. -----

O Senhor Presidente, em nome do executivo, desejou saúde para todos e as melhoras aos doentes, incluindo o Senhor Vereador Paulo Manzoupo. -----

O senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezassete horas, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

_____	_____
_____	_____

Eu,

,Chefe da DGR, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,